



EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA COMO MATRIZ PEDAGÓGICA

Adil Sousa Oliveira¹

INTRODUÇÃO

Pretendemos estabelecer um diálogo entre Educação do Campo e Agroecologia partindo das matrizes pedagógicas/formadoras da Pedagogia do Movimento, partindo da perspectiva do Materialismo Histórico Dialético, que relaciona a categoria trabalho à luta social pela organização coletiva, dentro das contradições da sociedade capitalista, considerando a escola como um dos principais meios de produção/reprodução da ideologia dominante, sendo campo de disputa dos interesses das classes antagônicas. Dessa maneira, a Educação do Campo e agroecologia tornam-se bandeiras de luta para o MST que nessa atual conjuntura, ao defender a Reforma Agrária Popular, incorpora a agroecologia como matriz tecnológica alternativa ao agronegócio. Visando outro modelo de desenvolvimento rural baseado nos princípios da agroecologia, resgatando os saberes tradicionais associados às tecnologias sociais que visam promover e construir formas de ensino e produção que sejam sustentáveis do ponto de vista ecológico, econômico e socialmente justo.

METODOLOGIA

A metodologia adotada na construção do artigo foi a pesquisa bibliográfica, a partir de marcos legais, documentos oficiais e artigos que versam sobre Educação do Campo. Ao fazermos a revisão bibliográfica acerca do surgimento da Educação do Campo, podemos tomar como marco referencial, ao longo dos trinta e três anos de Movimento (1984-2017), algumas contribuições expressas em documentos como o Manifesto das Educadoras e

¹ Graduado em História pelas Faculdades Integradas de Guarulhos (2014). Atualmente é professor em história e geografia da Escola Municipal São Jose (Emiliano Zapata). Endereço eletrônico: adil_guimaraes@hotmail.com



Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro (1997)².

A partir desse marco, com a construção do Coletivo Nacional de Educação com o lema “Por uma educação do campo”,³ o MST vem defendendo a construção propostas pedagógicas com determinados princípios (matrizes) “de valorização da participação democrática, pela dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história...” na construção de uma “nova escola” do campo em contraposição à escola rural “no campo”, a partir da afirmação social de uma identidade Sem Terra⁴. Inserindo os sujeitos do campo, trabalhadores e estudantes nos processos de elaboração da Pedagogia do Movimento, numa relação dialética de construção desse novo paradigma, que entendemos como Educação do Campo⁵, ao propor uma “identidade própria das escolas do meio rural”. Contrapondo-se o da educação rural tradicional que nega o campo com o espaço de vida e desenvolvimento e promove a sua destruição a partir do momento em que alimenta o atraso e a pobreza, negando direito à “terra, trabalho, vida e dignidade” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004 p. 15). Tais questões que vão perpassar a construção da Pedagogia do Movimento e suas matrizes formativas/pedagógicas, segundo Roseli Salette Caldart:

A Pedagogia do Movimento, enquanto reflexão específica sobre as matrizes pedagógicas posta em movimento na formação do Sem Terra, e ao tratar essa formação como um processo educativo, expressa (se fundamenta) e reafirma uma concepção de educação, de formação humana, que não é hegemônica na história do pensamento ou das teorias sobre educação (e que não está também na base de constituição da instituição escola):

2 Caput 8; “uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, na dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história do nosso povo”. 10; “a construção da nova escola (...), de coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e socialistas”. 11; Com escolas públicas em todos os acampamentos e assentamentos da reforma agrária, em que a gestão pedagógica tenha participação da comunidade Sem Terra e de sua organização”. “12. Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa.” (1º Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária – Brasília, 28 a 31 de julho de 1997)

3 O movimento “Por uma educação do campo” é um coletivo nacional constituído por diferentes movimentos sociais do campo que debatem e discutem uma proposta de educação para a população do campo que prime pelas suas especificidades culturais, sociais e econômicas. Suas proposições estão representados aqui pelos textos de Arroyo, Caldart, Molina (2004) e Fernandes, Cerioli, Caldart, (2004).

4 Sem Terra com letras maiúsculas é o nome dado ao sujeito constituído pelas lutas do MST. Sem-terra com hífen, segundo o dicionário Luft, é substantivo de dois gêneros e dois números, designação sócio-política de indivíduo do meio rural sem propriedade e sem trabalho (1998, p.601). Dicionário Luft, 1998.

5 A educação do campo é um novo paradigma que surge em contraposição a educação rural. Tem uma diferença que marcam esses dois paradigmas, o primeiro busca reconhecimento do campo como espaço de vida que contempla um objeto de desenvolvimento sustentável “voltados aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico de quem vive e trabalha no campo”. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004, p.27)



trata-se de uma concepção de base histórico - materialista-dialética para qual é preciso considerar centralmente as condições de existência social em que cada ser humano se forma; a produção de existência e a produção ou formação do ser humano são inseparáveis(Marx), ou seja, as pessoas se formam pela inserção em um determinado meio, sua materialidade, atualidade, cultura, natureza e sociedade , fundamentalmente através do trabalho que lhe permite a reprodução da vida e é característica distintiva do gênero humano, é a própria vida humana na sua seleção com a natureza, na construção do mundo (CALDART, 2011, p. 65).

Podemos pensar a Educação do Campo como forma de resistência e transformação do homem, superando as forças destrutivas que ameaçam sua existência como ser social e biológico. Entendemos tal proposta como projeto contra hegemônico aos valores capitalistas, do lucro pela exploração do homem e natureza, da propriedade privada dos bens naturais e meios de produção, da competição, do meio ambiente como mercadoria e destruição das formas autônomas de produção camponesas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim, pretendemos estabelecer um diálogo entre a agroecologia e as matrizes formadoras da Educação do Campo abordadas por Caldart, segundo a Pedagogia do Movimento:

Na concepção de educação aqui assumida destacam-se como atividades humanas específicas ou como matrizes formadoras fundamentais: o trabalho, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história. (...) Entendemos que esta talvez seja a contribuição mais original da Pedagogia do Movimento à teoria pedagógica: pensar a educação como movimento das matrizes formadoras do ser humano e levar isso como princípio organizador ao trabalho educativo da escola, na relação com os objetivos da educação, com a especificidade da tarefa da escola e com os desafios formativos que a leitura das contradições principais da realidade atual coloca para o nosso tempo. (CALDART, STÉDILE, DAROS, 2015, p. 124)

Percebemos aqui, uma breve síntese sobre a construção das matrizes formadoras que orientam a Pedagogia do Movimento, partindo da matriz formativa do trabalho “como atividade criadora e princípio básico da nossa luta maior para converter todos os seres humanos em trabalhadores”. A centralidade dessa discussão na concepção da Pedagogia



do Movimento, partindo da perspectiva do Materialismo Histórico Dialético, que relaciona a categoria trabalho à luta social pela organização coletiva, dentro das contradições da sociedade capitalista, considerando a escola como um dos principais meios de produção/reprodução da ideologia dominante, sendo campo de disputa dos interesses das classes antagônicas, pela afirmação histórica e cultural na construção desse sujeito, o Sem Terra. (CALDART, 2015, p. 124).

Assim, buscamos compreender a atualidade desse debate partindo da emergência de sínteses que venham a colaborar na construção de propostas e práticas pedagógicas inovadoras e emancipadoras a partir do ensino em agroecologia na Educação do Campo. Como vemos num breve exemplo de sistematização dessas práticas de ensino pela coleção Fazendo Escola: “Construindo o Caminho numa escola de assentamento do MST” (ITERRA,2000) ⁶. Onde, aborda questões como a construção da Educação do Campo, bem como a questão do “respeito à ecologia, o amor a terra e ao trabalho”. Vemos também a preocupação central com as formas de desenvolvimento do campo, mesmo ainda não chegando à síntese da agroecologia como forma alternativa de produção ao agronegócio – debate que faremos a posteriori. Dessas elaborações temos uma série de publicações e materiais didáticos que serviram como propostas de ensino, com base nas práticas pedagógicas desenvolvidas em escolas do MST, que tomamos como objeto para a análise, buscando relacionar como tais experiências podem ser compreendidas e sintetizadas para a construção de uma *práxis* emancipadora no ensino em agroecologia pela Educação do Campo.

Entretanto, percebemos que é um grande desafio romper com as estruturas tradicionais de ensino voltadas para a formação de força de trabalho de forma alienante, haja vista que mesmo nas escolas situadas dentro dos assentamentos, se reproduzem valores capitalistas como modo de produção dominante no campo pelo Agronegócio (*agribusiness*).⁷. Dessa maneira, agroecologia torna-se uma bandeira de luta para o MST que nessa atual conjuntura, ao defender a Reforma Agrária Popular, incorpora a agroecologia como modo de produção alternativo ao agronegócio. a necessidade de formação de técnicos e camponeses, assim como a revisão epistemológica no âmbito das

6 Esta edição aborda experiências desenvolvidas numa Escola Municipal Construindo o Caminho, de Ensino Fundamental I, no Assentamento Conquista na Fronteira e da Cooperunião na região Oeste de Santa Catarina. Cujas tiragem de 6mil exemplares circulou em 2001 nas escolas e coordenações também na Bahia.

7 modelo de produção construído a partir da Segunda Guerra Mundial com a Revolução Verde, importada ao Brasil na década de 50 pelo capital industrial estrangeiro associado aos interesses das oligarquias políticas rurais, contrária à reforma agrária junto as Reformas de Base propostas como forma de superação das estruturas do subdesenvolvimento brasileiro, impondo o modelo do agronegócio. Discutimos tais problemáticas no Trabalho de Conclusão de Curso: A Reforma Agrária no Governo João Goulart (OLIVEIRA, 2014).



instituições de pesquisa governamentais segundo a matriz tecnológica da agroecologia. Esse paradigma sugere, segundo Horácio Martins de Carvalho⁸:

o reconhecimento e a valorização dos saberes do povo; a garantia da biodiversidade na produção rural pela combinação de cultivos e criações; a diversidade e variedade de sementes varietais e de mudas pela autonomia de produção de sementes camponesas; introdução de uma matriz produtiva que facilite a preservação, conservação e recomposição da biodiversidade. ((CARVALHO, 2016, p.88).

CONCLUSÃO

Percebemos aqui alguns direcionamentos acerca das transformações necessárias para a passagem de um paradigma capitalista para um supostamente socialista- tendo em vista que a agroecologia como concepção da relação homem-natureza, e mesmo, da coevolução homem-natureza necessariamente não contém o germe da socialização dos meios de produção, exigirá mais do que uma ruptura com o padrão da matriz tecnológica dominante. Teria como necessidade objetiva a superação do modo de produção capitalista. Visando outro modelo de desenvolvimento rural baseado nos princípios da agroecologia, resgatando os saberes tradicionais associados às tecnologias sociais que visam promover e construir formas de viver que sejam sustentáveis do ponto de vista ecológico, econômico e socialmente justo.

Aqui a agroecologia é defendida, para além de uma nova matriz tecnológica, numa perspectiva de superação das forças destrutivas do capital e emancipação dos sujeitos históricos, por outras formas de produção/reprodução da vida humana em coexistência harmônica com os demais seres da natureza. Assim, o ensino em agroecologia deve ser encarado como uma necessidade histórica numa perspectiva humanista tendo o socialismo como base para uma transição agroecológica possível.

⁸ A possibilidade de adoção pelos camponeses do país da matriz tecnológica apoiada nos princípios gerais da agroecologia será consequência da concepção de mundo que os camponeses, ou significativa parcela deles, criticamente desenvolvam como negação da matriz tecnológica e de produção dominantes, dos êxitos econômicos e tecnológicos globais e ou parciais que os manejos agroecológicos passam a proporcionar na melhoria da renda e na qualidade de vida daqueles camponeses que os adotarem e das iniciativas das instituições públicas e da sociedade civil na motivação e conscientização não apenas dos camponeses, mas sobretudo, da opinião pública sobre a degradação ambiental e social que a artificialização da agricultura está provocando no país. (CARVALHO, 2016, p.88)



Palavras-chave: Educação do Campo. Agroecologia. Matriz Pedagógica.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S., STÉDILE, M. E. e DAROS, D. (org.) **Caminhos para transformação da escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO, FRIGOTTO. **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**, p. 57, 2012).

MST. Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro (1997). **Boletim da Educação** – Número 12, Edição Especial – Dezembro 2014.

CARVALHO. Horácio Martins. **Desafios Para o Agroecologia como Portadora de Uma Nova Matriz Tecnológica**. Secretaria Nacional do MST- SP, 2016.